



OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE MINEIRA

Velhos e novos desafios

Boletim nº 18
Abril de 2024



Apresentação - Por que falar de juventudes?

Como é de conhecimento geral, o Brasil figura entre os países que apresentam os piores índices de desigualdades, seja do ponto de vista do acesso a direitos básicos, seja do ponto de vista de oportunidades, seja quanto aos resultados (renda, riqueza, consumo). Mas, sob qualquer dimensão analisada, as desigualdades não são aleatórias: há grupos sistematicamente em posição mais favorável e outros em piores condições. Entre estes, destacam-se as dificuldades enfrentadas pelas juventudes em diversos âmbitos. Esta série de boletins do Observatório abordará justamente os jovens no Brasil e em Minas Gerais, como são afetados pelas desigualdades e como é possível ampliar as perspectivas sobre o futuro dessa faixa etária.

A definição de juventude não é trivial, pois os critérios para delimitação das fronteiras deste segmento são históricos e culturais (Sposito, 1997). Enquanto indivíduos da classe média, com condições de acesso ao ensino superior e pouca ou nenhuma

autonomia econômica se consideram jovens até meados dos trinta anos de idade, indivíduos que já trabalham ou constituíram família classificam-se como adultos mesmo antes de completar vinte anos. Melucci (2007) alerta que a natureza precária da juventude levanta a questão do tempo para a sociedade e que ser jovem não é apenas uma questão de idade, mas também uma definição simbólica. Ainda segundo o autor, as pessoas se tornam jovens culturalmente ao abraçar a mudança e a transitoriedade. Por conveniência, vamos considerar jovens aqui a faixa dos 15 aos 29 anos em uma abordagem interseccional, ou seja, que leva em conta os impactos combinados de gênero, raça e classe sobre as condições de vida, o acesso a direitos e a oportunidades dos distintos grupos sociais, mas que detém particularidades que exprimem o caráter de transitoriedade desse período, marcando o ingresso de adolescentes na vida adulta. Essa unidade de análise é pertinente pois engloba diferentes classes sociais e concepções de juventude, contemplando neste boletim um amplo escopo para discussões a

serem levadas em consideração. O uso do plural em juventudes segue o uso atual de conter em seu significado a diversidade de expressões de juventude em seus aspectos culturais e econômicos.

Existem várias iniciativas e alternativas de atuação, em termos de políticas públicas, para enfrentar essas desigualdades e garantir direitos e oportunidades aos jovens. No Brasil, a destinação de políticas públicas voltadas especificamente para as juventudes surge a partir da década de 1990, através de iniciativas que passam a reconhecer os jovens enquanto sujeitos de direitos políticos capazes de autonomia sobre a formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas (Sposito e Cerrano, 2003). Antes disso, as políticas públicas direcionadas à juventude se dividiam, de acordo com Abad (2002), em quatro momentos e tendências distintas, são eles: 1 - acesso à educação; 2 - controle social dos setores juvenis mobilizados; 3 - o enfrentamento da pobreza e prevenção do delito; e 4 - inserção no mercado de trabalho. Ao nos depararmos com essas quatro tendências de políticas

públicas, nota-se algumas características que orientam a interpretação brasileira e latino-americana da definição de juventude e suas particularidades enquanto sujeitos políticos. Vinte anos depois, a classificação do autor continua pertinente e define os caminhos de enfoque das políticas públicas destinadas a esse grupo.

Propomos, como objeto de estudo, os impactos das desigualdades sobre a juventude em Minas Gerais, se aprofundando em cinco eixos principais: educação, mercado de trabalho, segurança pública, gênero, sexualidade e diversidade, e identidade e cultura. A seleção destas dimensões explica-se pela combinação de dois critérios: sua centralidade para as condições de vida e oportunidades futuras dos jovens e a possibilidade do nível estadual de governo realizar intervenções.

Entendendo a relação entre Juventudes e Educação

A educação é tratada na literatura como uma ferramenta de desenvolvimento dos indivíduos e

que deve ser voltada para a promoção da justiça social. Retomando as tendências de políticas públicas para as juventudes trazidas por Abad (2002), temos uma associação automática e muito presente na literatura entre o tema das juventudes e da educação. Essa associação não é por acaso, uma vez que essa população compreende a faixa-etária prevista para conclusão da educação básica e ingresso e conclusão no ensino superior. Outros pontos de destaque são o poder de mobilização política deste segmento e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, dificuldades às quais é comum (ainda que questionável) associar uma maior vulnerabilidade à pobreza e ao crime - ocasionados também pela baixa escolaridade e evasão escolar, como veremos adiante.

O processo de escolarização básica obrigatória no Brasil contempla a Educação Infantil, o Ensino Fundamental (do 1º ao 9º ano) e o Ensino Médio (do 1º ao 3º ano), totalizando 12 anos de estudo. A escolarização ainda se estende ao Ensino Superior, cujo período

varia a depender do curso, mas sendo essa última uma etapa não obrigatória e com cobertura limitada. Pode-se dizer que hoje temos um sistema educacional mais democratizado, baseado na universalização do acesso ao Ensino Fundamental, mas vemos, a partir daí, as desigualdades a que estão submetidas as juventudes. Os níveis médio e superior de ensino se apresentam como os maiores gargalos da escolarização em uma analogia que se assemelha à um funil, quanto mais avançamos nos níveis educacionais, menos estudantes vamos encontrando. Sobre os jovens, que cursam esses níveis de ensino, que recaem essas desigualdades de forma mais severa, não permitindo que eles continuem o processo de escolarização.

Sposito, Souza e Silva (2018) destacam que a expansão do sistema educacional possibilitou a ampliação do acesso à escola de jovens que estão mais fortemente sujeitos a processos de exclusão escolar. “O que parece estar dado, como direito, instituído e instituinte – o direito à educação para todos –, não reflete, necessariamente, a

realidade vivenciada por parcela significativa dos jovens brasileiros” (ANDRADE; NETO, 2007).

Por estes motivos, compreender o acesso à educação como fator determinante para melhoria da qualidade de vida dos jovens brasileiros é parte do consenso na literatura. O primeiro boletim da série “Juventudes e Desigualdades em Minas Gerais” traz a educação e seus desafios como tema.

Movimentos estudantis e a luta política das juventudes

A relação entre as juventudes e a participação política através do Movimento Estudantil no Brasil remonta ao início do século XVIII, quando estudantes do Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro resistiram à ocupação da cidade pelos franceses. Desde o Brasil Colônia, passando pela independência do país, da abolição da escravidão e da luta pelo fim do regime militar, os estudantes estiveram à frente de múltiplas bandeiras em defesa da liberdade e da transformação social. Na discussão sobre tempo e juventude, proposta por Melucci (2007) o autor

indica que os jovens são atores-chave na participação política contra-hegemônica, pois representam a transitoriedade e a mudança que marcam esse período simbólico da existência humana. Sposito (2000), por sua vez, argumenta que a escola é um espaço de sociabilidade fértil à formação de sujeitos que refletem e elaboram sobre as condições adversas de nossa sociedade. Embora existam autores que apontam a juventude enquanto expressão radical do individualismo, característica marcante de nossa era, e indiferentes às questões da vida comum, em muitas obras fica evidente o caráter subversivo e engajamento das juventudes nos espaços de ação coletiva pelas pautas sociais (Mayorga, 2003). As bandeiras em prol da educação pública e do respeito à diversidade, por sua vez, marcaram as lutas juvenis brasileiras, garantindo e ampliando a conquista de direitos. Através da representação institucionalizada da União Nacional dos Estudantes (UNE), do movimento ambientalista, do movimento negro, do movimento feminista e de infinitas outras formas de organização militante, as

juventudes brasileiras, indiscutivelmente, possuem papel central nas causas relacionadas à educação.

Na tentativa de realizar um resgate histórico da atuação do Movimento Estudantil no Brasil e caracterizá-lo através de suas lutas ao longo das décadas, escreve Poerner em 1968:

O estudante aqui, como em muitos outros países da América Latina, é movido por algo mais do que o simples espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno na Europa ou nos Estados Unidos. Esse algo mais, que torna o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro.

O autor descreve a importância da organização da juventude na vida política brasileira antes mesmo da independência do país, até culminar, em 1937, na criação da UNE. A história da UNE se mistura com a história do Brasil moderno: a campanha “O Petróleo é nosso”, o enfrentamento à ditadura militar e o movimento dos “caras-pintadas” contra o governo Collor foram palco da atuação dos estudantes em prol de ideais democráticos. Outras instâncias de representação dos movimentos estudantis também foram responsáveis por desencadear um

dos maiores movimentos do país em junho de 2013, que acarretou em profundas transformações do fazer político brasileiro e escancarou a crise de representatividade de nossos governos. Atualmente, a UNE também vive uma crise de representatividade. Através das falas de militantes coletadas durante o 46o congresso da UNE em 1999, Mesquita (2003) relata algumas das palavras usadas para retratar a entidade: burocratizada, hierarquizada, centralizada, partidarizada, ultrapassada. Essas falas refletem o momento político

que culmina no que o autor chama de “Novos Movimentos Sociais”, ou seja, a tendência atual de prática militante que rejeita os aparatos burocráticos de representação política. As juventudes, no entanto, continuam se organizando politicamente e reivindicando o direito à educação através da UNE, dos Centros Acadêmicos, dos Diretórios Acadêmicos, das entidades estaduais (UEEs) e através de movimentos culturais, de ocupação dos espaços públicos e das lutas identitárias.

Na capital mineira, os Novos Movimentos Sociais podem ser exemplificados por meio do caráter político de ocupação das ruas com a retomada do carnaval de Belo Horizonte, do Duelo de MCs, do Movimento Tarifa Zero e da Praia da Estação, movimentos que surgem em oposição às políticas de cerceamento do acesso a espaços públicos do prefeito Marcio Lacerda em 2009, e, mais recentemente, pela experiência da Assembleia Popular Horizontal (APH), todos os movimentos citados liderados por jovens. A APH surge durante as manifestações de junho de 2013, em consonância com diversos

outros coletivos militantes da cidade, como uma estratégia radical de construção horizontal de um movimento que foi capaz de aglutinar uma heterogeneidade de sujeitos políticos nunca vista pelos coletivos políticos organizados. Mesmo que esses movimentos tenham relações pouco sistemáticas com a política institucional, eles foram e são capazes de influenciar a agenda pública e formam lideranças políticas importantes. As práticas chamadas horizontais, que questionavam a hierarquia presente nos movimentos sociais, foram incorporadas pelos Movimentos Estudantis em várias mobilizações posteriores, como é o caso das ocupações estudantis de 2016 - que, por sua vez, surgiram em São Paulo e se alastraram pelo país com bandeiras de defesa da educação pública.

Dentre as diversas expressões dos Movimentos Estudantis - no plural, assim como juventudes - de Minas Gerais, dá-se como exemplo a União Colegial de Minas Gerais (UCMG), órgão máximo de representação dos estudantes secundaristas do estado, fundada há 79 anos, e a

União Estadual dos Estudantes (UEE-MG), fundada no mesmo ano em que a UNE e reconstruída em 1999. Outra experiência de mobilização das juventudes muito presente no interior do estado ocorre nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que alia as práticas de educação com a formação política e militante, propondo alternativas às ideologias mercadológicas de ocupação dos territórios e formando as juventudes para enfrentar os retrocessos trabalhistas e educacionais (Janata, 2013). O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), assim como MST, também se destaca no estado pela atuação através de ocupações urbanas e formação continuada de jovens sob o lema “Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um dever”. Apesar de hoje sofrerem uma crise de representatividade e sofrerem críticas por parte dos estudantes, a UNE e as UEEs participaram

ativamente da elaboração, votação e implementação dos planos nacional e estadual de educação (PNE e PEE), sendo capazes de mobilizar as juventudes em torno de temas importantes para a construção da democracia.

Planos de Educação - Para onde queremos ir?

Os Planos de Educação (Nacional e Estaduais) vieram com o objetivo de nortear as políticas educacionais, estabelecendo prioridades trazendo quais são as metas rumo a uma educação de qualidade, contando com a participação de movimentos estudantis, como supracitado. O Plano Estadual de Educação (PEE) de Minas Gerais foi estabelecido em 2018, com vigência até 2027 e, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), traz metas relacionadas à escolarização dos jovens, tanto no Ensino Médio, quanto no Ensino Superior:

Meta 3 – Universalização do atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) até o final do período de vigência deste PEE. (MINAS GERAIS, 2018, p. 6)

Meta 8 – Elevação da escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo para as populações do campo, indígenas e quilombolas, para a população das regiões de menor escolaridade no Estado e para os 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, além da equiparação da escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (MINAS GERAIS, 2018, p. 15)

Meta 12 – Elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e da taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) na população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e a expansão de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público. (MINAS GERAIS, 2018, p.18)

A conclusão do ensino médio, e conseqüentemente da educação básica, é etapa essencial para a formação escolar, além de ser um requisito para o acesso ao ensino superior. No entanto, a universalização pela que passou o Ensino Fundamental, que hoje tem 98% de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica, não chegou ao Ensino Médio. A meta 3 do PEE tem como objetivo, justamente, aumentar a proporção de matrículas no ensino médio, possibilitando também um aumento de pessoas que concluem o ensino básico.

Há de se entender que o acesso ao ensino não é uma garantia de sua conclusão, mas é um primeiro passo no processo de democratização do ensino, segundo Reimers (2000). A partir daí, para garantir a permanência desses estudantes no sistema de ensino deve-se pensar em políticas para a melhoria da qualidade do ensino e em políticas compensatórias. Sposito, Souza e Silva (2018) trazem que os segmentos juvenis estão mais sujeitos a exclusão escolar e que deve dar

“maior centralidade para a relevância dos sentidos atribuídos pelos jovens à escola e ao saber escolar e, também, para as desiguais

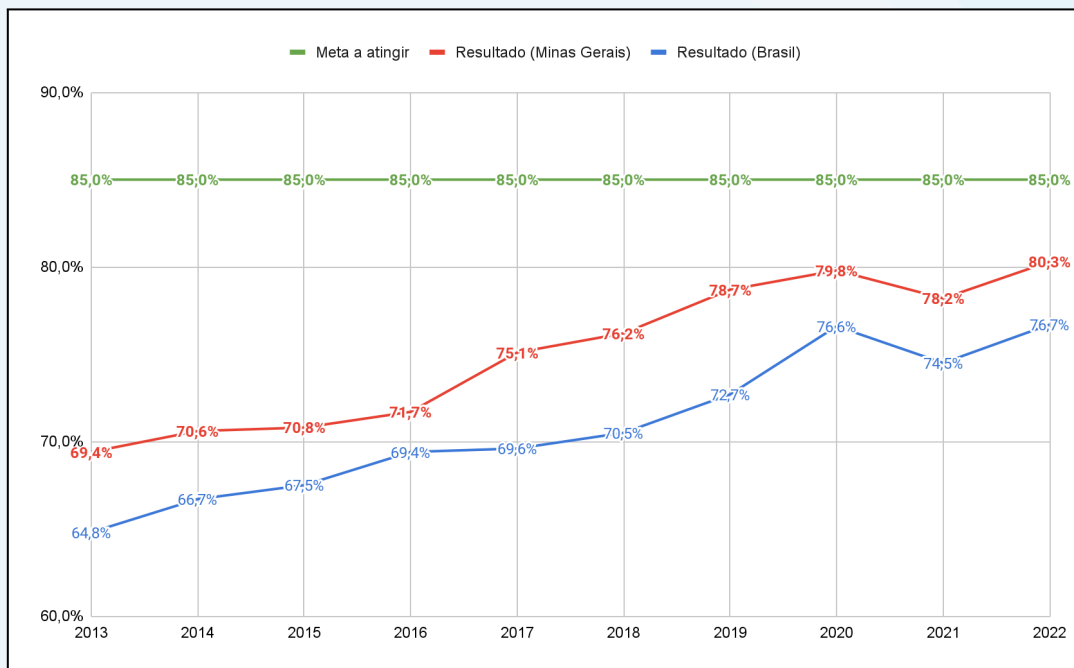
condições encontradas por eles para se situarem em um cada vez mais heterogêneo e estratificado sistema educacional”

(SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018, p. 6)

Quando analisamos o percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou já completou a educação básica, é possível perceber que até 2020, o número de pessoas no ensino médio vinha evoluindo, a caminho da meta. No ano de 2021, no entanto, o resultado regrediu, passando de 79,8% para 78,2% dos jovens matriculados no Ensino

Médio ou com a formação básica concluída. Esse resultado negativo entre 2020 e 2021 pode ter sido facilitado pela pandemia e do modelo de ensino remoto adotado, que em muitos momentos foi deficitário (em questões pedagógicas e de infraestrutura) e aflorou dificuldades que já existiam no sistema educacional (BOTELHO; GAMA, 2022).

Gráfico 1 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa, Minas Gerais

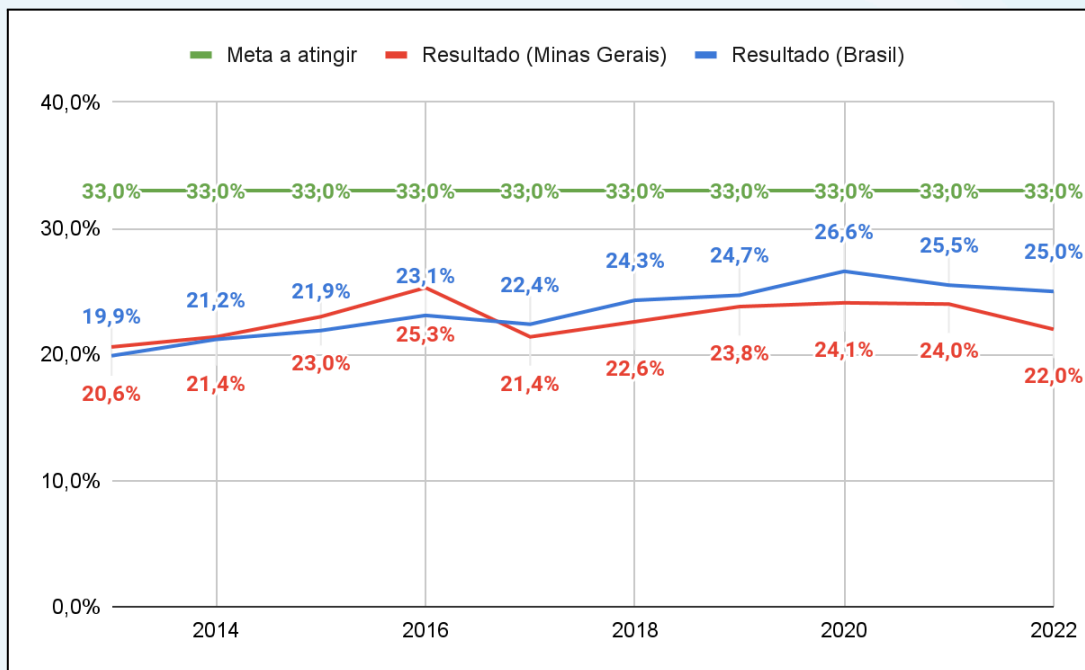


Fonte: Painel de Monitoramento Plano Nacional de Educação

Se tratando de ensino médio, Minas Gerais possui indicadores de acesso e conclusão acima da média nacional, mostrando que mesmo com as dimensões do estado, a rede de ensino médio consegue chegar à maior parte da população. Em 2022 foi possível observar um retorno aos patamares pré-pandemia e demonstrando uma grande evolução da última etapa da educação básica nos últimos 10 anos. Ou seja, cada vez mais jovens têm frequentado e concluído o ensino médio, transferindo a fase crítica da transição educacional para o ingresso ao ensino superior.

A meta 12, por sua vez, busca analisar as matrículas no ensino superior. Em um monitoramento dos últimos dez anos é possível observar que Minas Gerais regrediu quanto ao atingimento da meta, ficando abaixo da média nacional de taxa líquida de escolarização do ensino superior desde 2017. A capilaridade existente na rede de ensino médio aqui não é vista e as universidades não conseguem chegar a maior parte das cidades e da população mineira.

Gráfico 2 - Taxa líquida de escolarização na educação superior em Minas Gerais

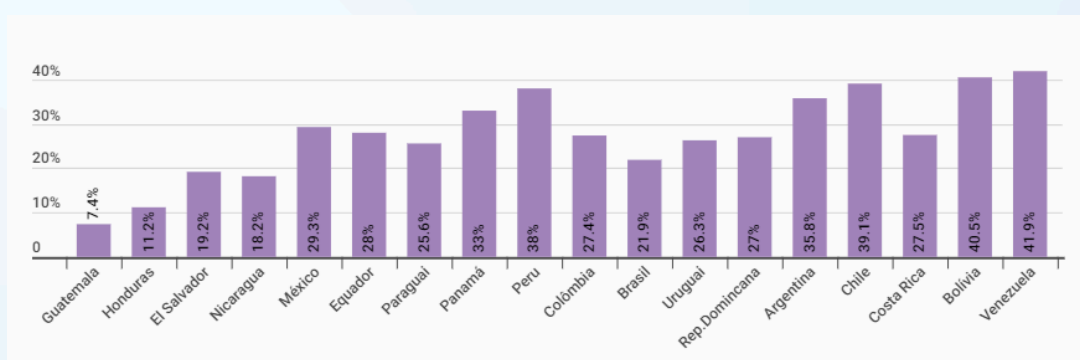


Fonte: Painel de Monitoramento Plano Nacional de Educação

A taxa líquida de escolarização da educação superior do Brasil, inclusive, é baixa se comparada a outros países da América Latina, como mostram os

dados do SITEAL-UNESCO. Dos 18 países analisados, o Brasil fica em 14º no ranking, à frente somente de Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua.

Gráfico 3 - Taxa líquida de escolarização na educação superior em países da América Latina, 2018

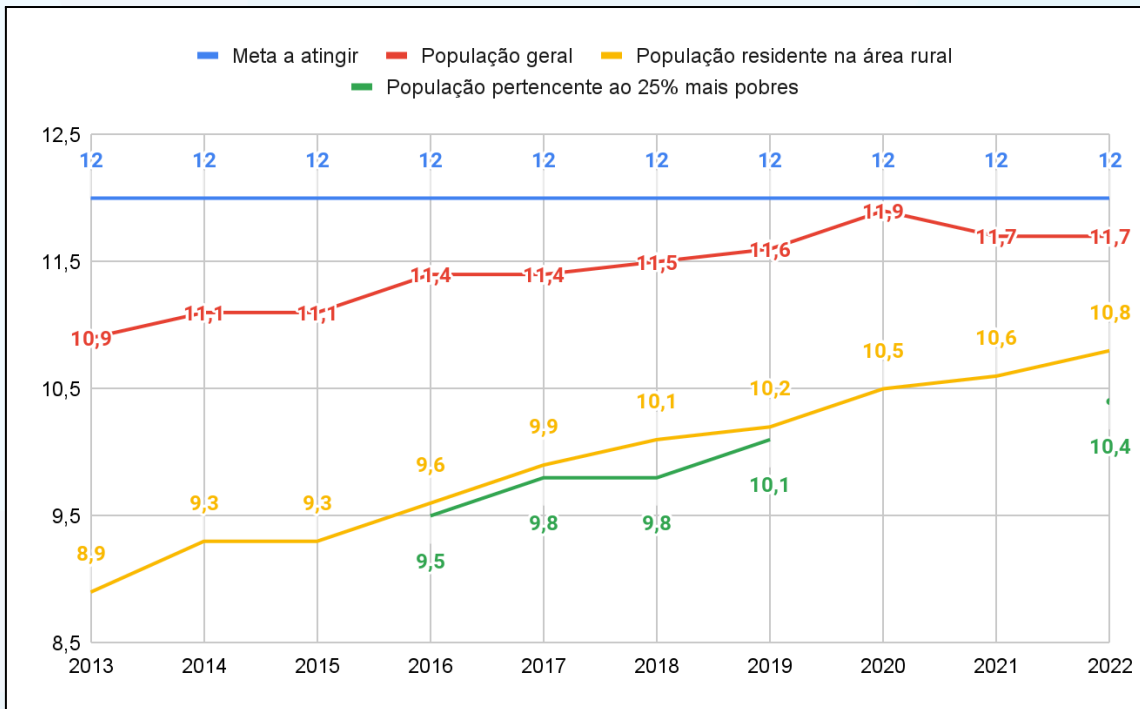


Fonte: Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina

A meta 8 tem como objetivo analisar a escolaridade média da população e, em especial, as desigualdades que existem entre diferentes grupos. Através do gráfico 3 é possível perceber que a meta de 12 anos de estudo - de conclusão da educação básica -

não é atingida por nenhum grupo, mas é ainda mais difícil para a população residente na zona rural e para o segmento mais pobre da população, que em 2022 tinham em média 10,8 e 10,3 anos de estudos, respectivamente, ante a meta de 12 anos de estudo.

Gráfico 3 - Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos, Minas Gerais

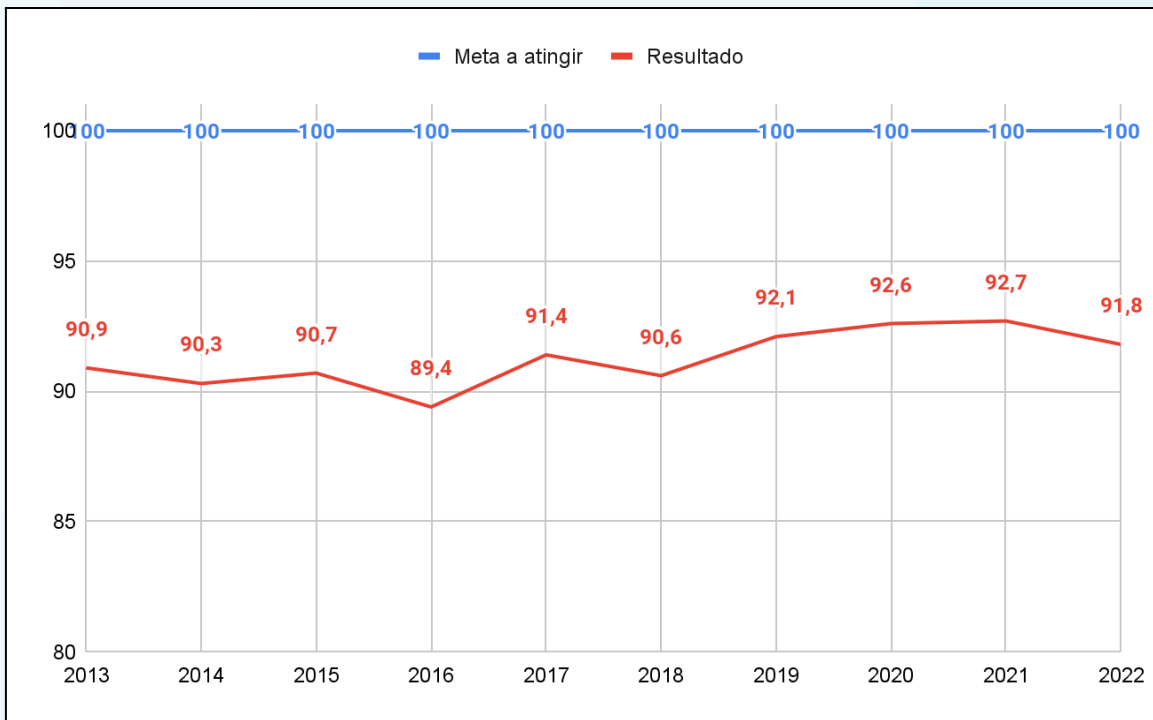


Fonte: Painel de Monitoramento Plano Nacional de Educação

Um outro indicador a ser observado é a razão entre a escolaridade média de pessoas negras e não negras, buscando analisar como as desigualdades raciais restringem o processo de escolarização. É possível perceber através do gráfico que as pessoas

negras possuem menos escolaridade, quando comparado às pessoas não negras. Esse indicador não pode se dissociar das outras desigualdades raciais, no mercado de trabalho e de renda, por exemplo.

Gráfico 4 - Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos, Minas Gerais



Fonte: Painel de Monitoramento Plano Nacional de Educação

Anos finais do ensino básico e ensino superior: quem chega nos níveis mais altos de ensino?

Falar de oportunidades educacionais implica entender que existem barreiras que impedem o acesso, a permanência e a progressão escolar de alguns grupos. Quando falamos de juventudes, temos, além disso, que retomar a ideia de transformação e de transitoriedade que marca essa fase da vida. Aqui, a necessidade do trabalho, a maternidade, a insatisfação com a escola, a

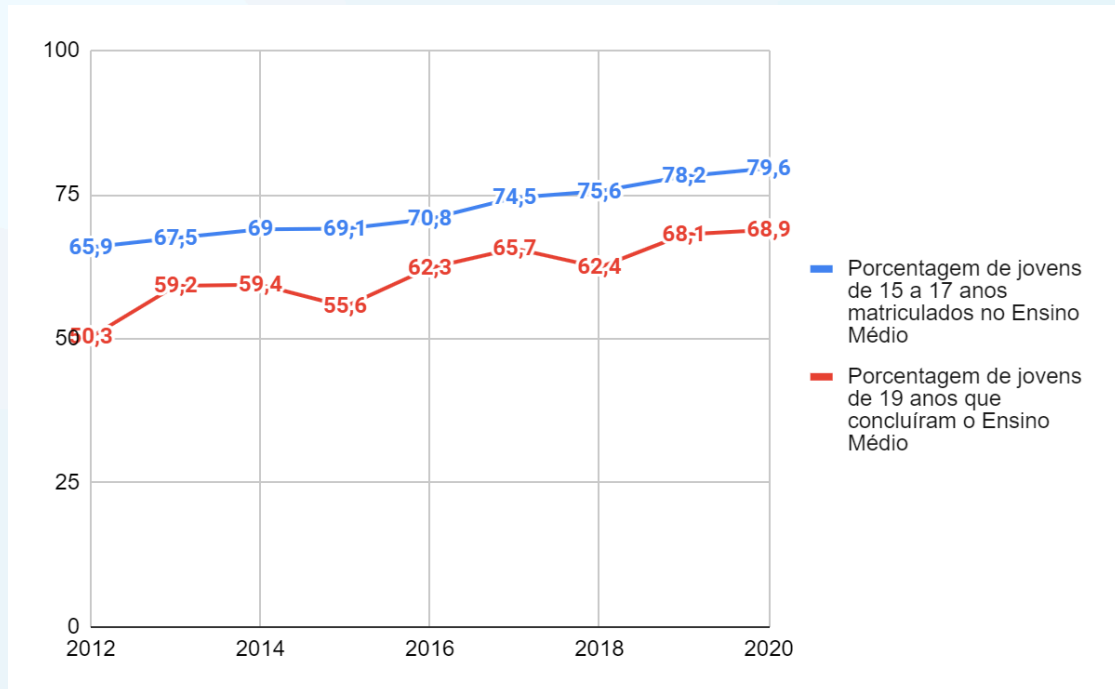
incerteza sobre suas escolhas, as dificuldades em compatibilizar necessidades e desejos presentes e projetar suas consequências futuras, são fatores que vão influenciar essa trajetória e interagem com essas diversas desigualdades.

A primeira percepção que temos nessa análise da trajetória escolar é a perda de estudantes que se tem entre o nível fundamental e o nível médio. O Anuário Brasileiro da Educação Básica traz que, enquanto o EF tem

98% de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos matriculados, o EM tem 79,6% dos jovens matriculados. Para além disso, durante o Ensino

Médio, conforme mostra o gráfico 5, o número de jovens que concluíram o Ensino Médio é menor.

Gráfico 5 - Porcentagem de jovens matriculados e que concluíram o Ensino Médio, Minas Gerais

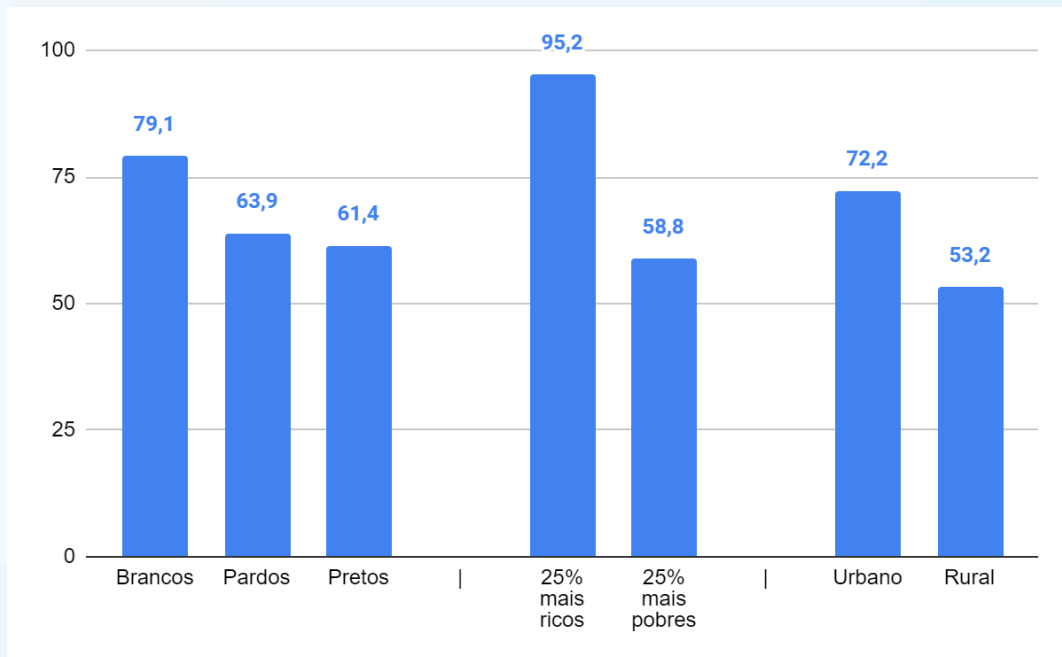


Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica

Ao analisar as características de quem conclui o Ensino Médio, vemos que no quartil mais pobre da população, somente 58,8% concluíram o EM, enquanto no quartil mais rico 95,2% tem Ensino

Médio Completo. Os jovens residentes na zona rural também concluem proporcionalmente menos o Ensino Médio, se comparado aos residentes na zona urbana.

Gráfico 6 - Porcentagem de jovens que concluíram o Ensino Médio, Brasil

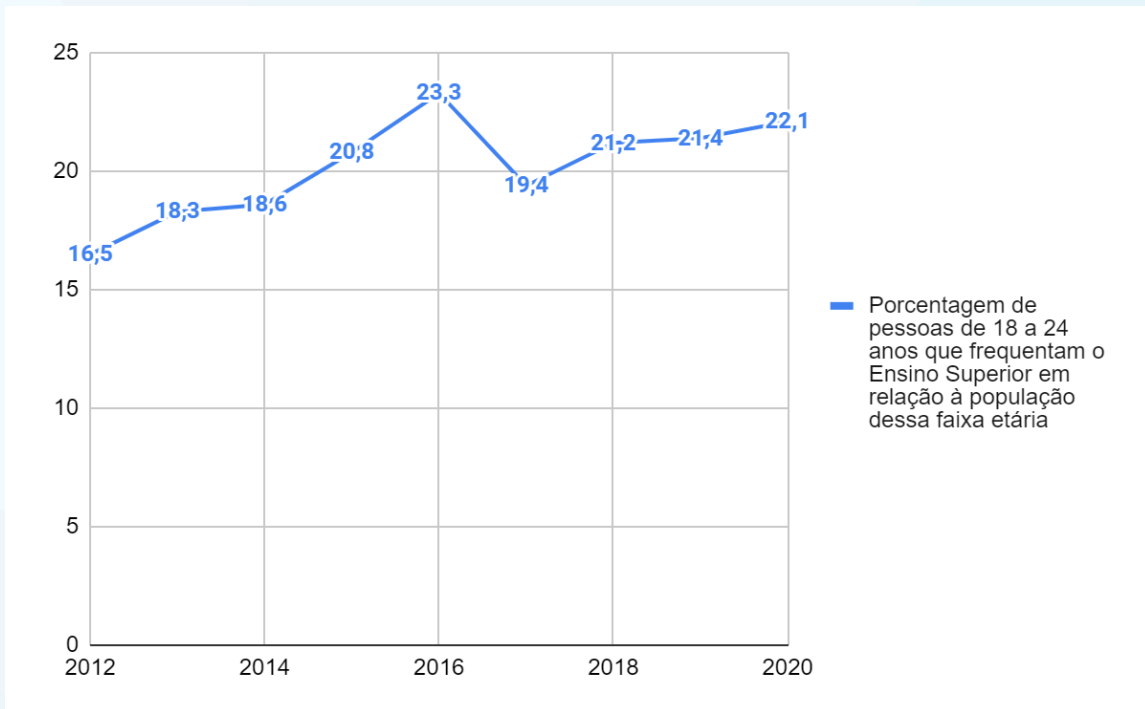


Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica

No Ensino Superior é onde mais se evidenciam essas desigualdades. Existe uma tendência de que, à medida que se avança em direção aos níveis mais elevados – e mais valorizados – de ensino, as condições desiguais das famílias vão se revelando e se acentuando em desfavor dos grupos mais vulneráveis. O gráfico 7 mostra que entre os 25% mais

ricos da população, 50,2% frequentam o Ensino Superior, enquanto entre os 25% mais pobres, somente 13,2% frequentam esse nível de ensino. A desigualdade também se mostra entre os jovens que residem na zona urbana e na zona rural, onde esses últimos têm menos oportunidades de frequentar o Ensino Superior.

Gráfico 7 - Porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior, Brasil

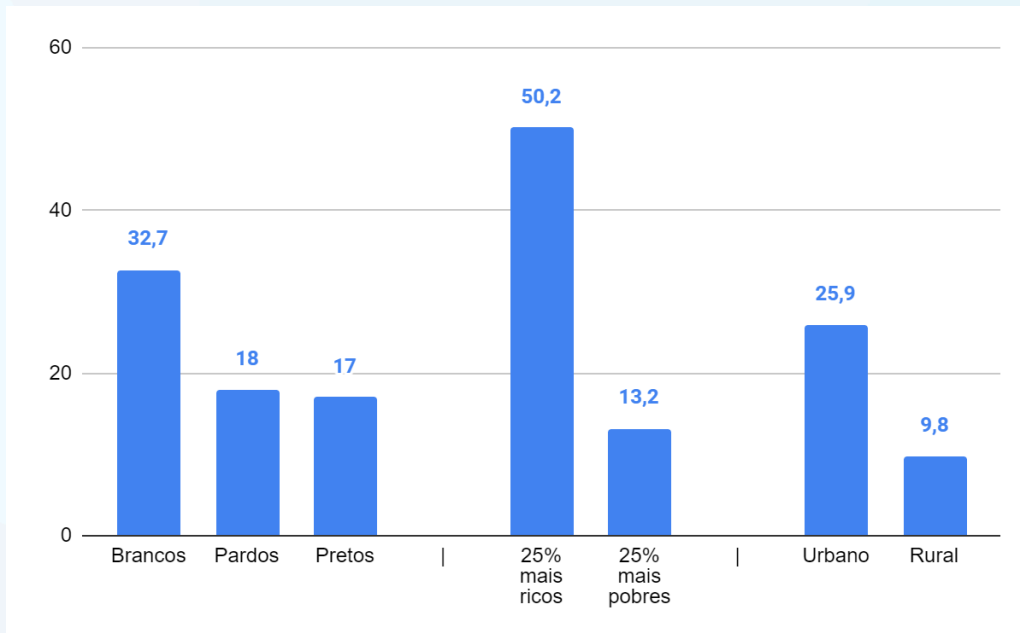


Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica

Para além das desigualdades de origem, a de se entender que o Ensino Superior é um nível de ensino ainda pouco democratizado e que o acesso ainda é privilégio de poucos jovens. O gráfico 8 mostra a evolução do número de jovens no Ensino Superior, que cresceu mais

de 25% entre 2012 e 2020, chegando a 22,1% de jovens de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior, mas que demonstra ainda a não universalização do nível de ensino.

Gráfico 8 - Porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior, Minas Gerais

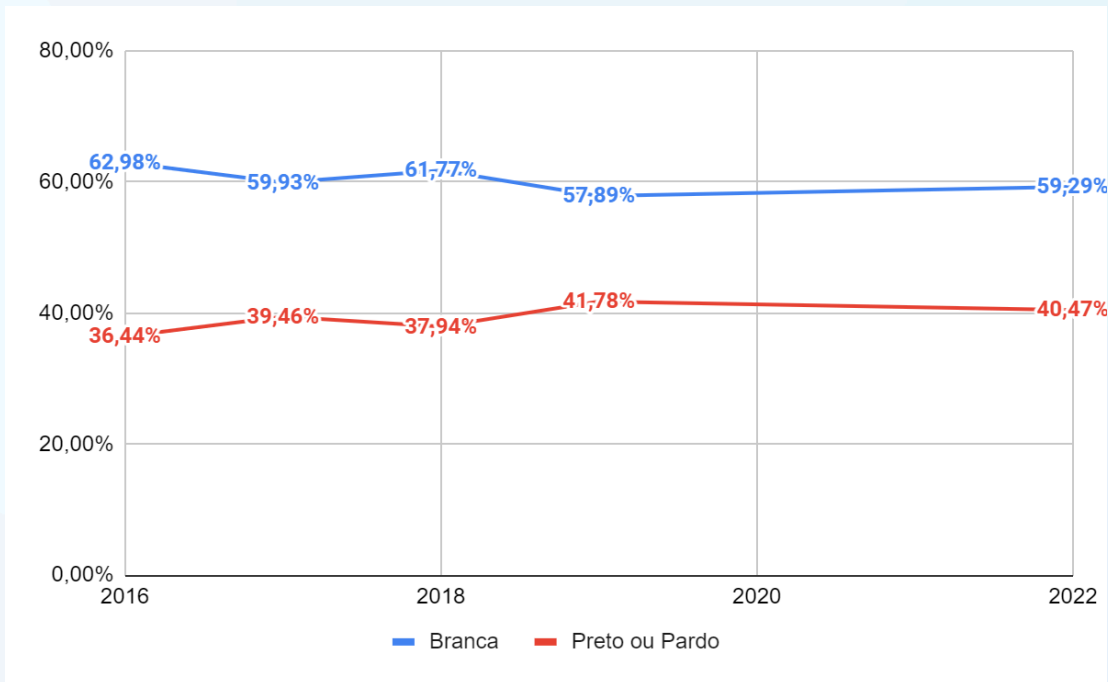


Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica

O gráfico 9 vem nos mostrar a trajetória das pessoas negras no nível de ensino superior. Entre as pessoas de 25 anos ou mais com superior completo, 59% são brancas e 40% são negras, porcentagem que era 36% em 2016. É uma evolução lenta - e que ainda tem muito a evoluir -, baseada em uma série de políticas públicas

adotadas no país como as ações afirmativas, que garantiram a reserva de cotas raciais e sociais nas universidades públicas, do Pnaes (Programa Nacional de Assistência Estudantil), do Prouni (Programa Universidade para Todos) e do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

Gráfico 9 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade com superior completo, por cor ou raça, Minas Gerais

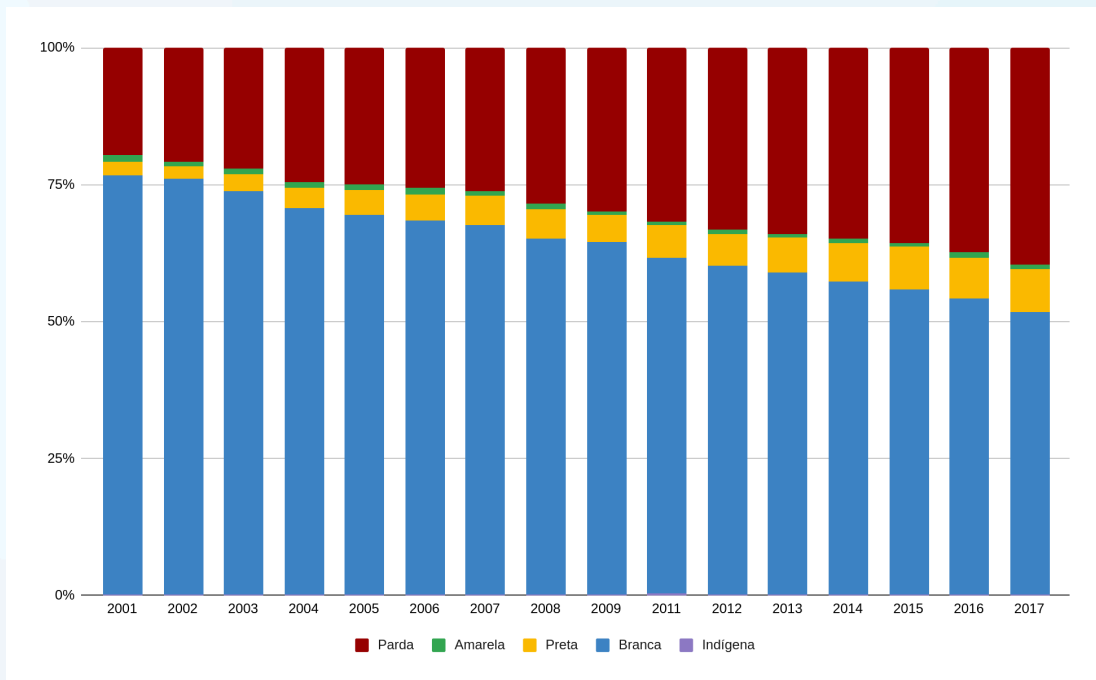


Fonte: PNAD Contínua

Em um retorno histórico desde o início do século, é possível ver melhor essa evolução da participação de pessoas não-brancas nas universidades. Em

2001, as pessoas brancas eram 76,70% dos estudantes universitários, valor que em 2017 chegou em 51,57%

Gráfico 10 - Percentual de estudantes por cor/raça, Brasil, 2001-2017



Fonte: Oliveira, Pochmann e Rossi (2022)

É possível ver uma evolução se tratando de escolarização da juventude nos últimos anos. Essa evolução se deu de forma mais expressiva no acesso e na conclusão do ensino médio, que, com a universalização do ensino fundamental, tende a chegar aos níveis rumo à universalização. Um dos desafios que ainda temos é a redução de desigualdades e, justamente, a democratização dos níveis mais altos de ensino, com a presença de mais pessoas negras, das classes mais baixas e de fora dos eixos urbanos.

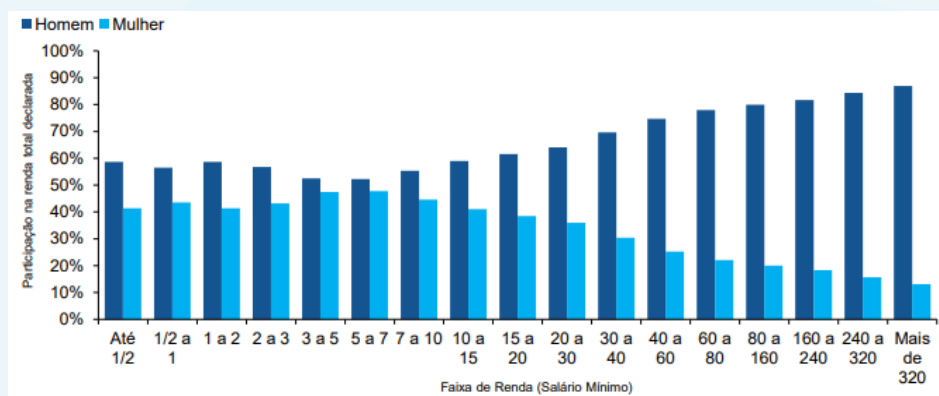
Maternidade e pobreza menstrual em Minas Gerais: barreiras de gênero no acesso à educação

Os dados de 2019 da PNAD Contínua apontam para o crescimento da escolaridade média das mulheres jovens, se comparada à dos homens no Brasil. Em Minas Gerais, a escolaridade média, em anos de estudo, para as mulheres de 18 a 29 anos correspondia a 11,9 anos em 2019, enquanto para os homens do mesmo segmento essa média cai para 11,2. Entretanto as médias são enganosas, porque tendem a

esconder algumas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres jovens para a permanência e acesso aos diferentes níveis de escolarização. Os dados que apontam para a disparidade salarial que persiste entre homens e mulheres (gráfico 10) e a maior sobrecarga dessas mulheres com os trabalhos domésticos (tabela 1) demonstram que as jovens mineiras ainda são as maiores responsáveis pelos cuidados domésticos e de crianças e são mais propensas à vulnerabilidade econômica. Não somente em razão da desigualdade salarial, a feminização da pobreza já anteriormente mencionada em nossos boletins é um fenômeno que, refletindo a desigualdade de gênero, aponta a tendência de

mulheres (e as mulheres negras ainda mais) serem mais afetadas pela pobreza do que os homens. Dentre as funções atribuídas às mulheres ao longo da história, que incluem o trabalho doméstico e o cuidado de crianças e idosos, a maternidade é uma das principais razões de evasão escolar em todo o país (RODRIGUES et al.,2019). Os serviços relacionados ao cuidado são chamados na literatura de “trabalho invisível” e cumprem importante papel no nosso modelo econômico, por possibilitar aos demais membros da família o exercício de trabalho remunerado. As mulheres, em razão disso, são privadas de galgar o caminho em direção aos maiores níveis de escolaridade e de renda.

Gráfico 10 - Proporção de renda declarada por sexo e faixa de renda por salário mínimo, Brasil, 2019



Fonte: DIRPF (2021)

Tabela 1 - Média de horas semanais dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo, 2019

Brasil				
Sexo	Ano			
	2016	2017	2018	2019
Total	16,7	16,5	16,8	16,8
Homens	11,0	10,8	10,9	11,0
Mulheres	20,9	20,9	21,3	21,4
Mulheres - Homens	9,9	10,1	10,4	10,4

Fonte: PNAD Contínua

Um importante trabalho de Da Mata (2022) propõe uma reflexão sobre a conciliação da maternidade e do ensino superior: quem pode ser mãe? Em outras palavras, quais as (im)possibilidades de escolhas a serem feitas pelas mulheres que se tornam mães na universidade? A autora discute as dificuldades vivenciadas por mães na maior universidade federal de Minas Gerais (UFMG) para conciliar a carreira acadêmica e a sobrecarga de tarefas relacionadas à maternidade. A dedicação imposta pelo produtivismo acadêmico, fenômeno que descreve a demanda pela quantidade de produção

científica em detrimento das muitas limitações para que se alcance o volume exigido, mostra-se uma verdadeira barreira de acesso à carreira acadêmica para essas jovens que ingressam na universidade sem redes de apoio. O referido estudo também fornece um panorama recente da assistência estudantil destinada a esse segmento, que permanece acanhada e muito distante do apoio necessário e responsável do poder público a essas mulheres. Outros estudos relacionados aos programas de assistência estudantil destinados às mulheres-mães nas universidades do estado de Minas Gerais (FIGUEIREDO et al., 2019)

indicam que, apesar da recente expansão do ensino superior no Brasil ter possibilitado o ingresso de jovens pertencentes às classes mais baixas na universidade, esse novo perfil socioeconômico que se apresenta possui particularidades que colocam novos desafios à assistência estudantil, de maneira a abarcar a atual diversidade. No caso das mulheres-mães, o desafio não é apenas de caráter material - suprido, de maneira tímida, pelos auxílios-creche e outros programas de transferência de renda e suporte habitacional -, mas também simbólico, pois, o espaço da universidade é apontado por muitas delas como sendo hostil à sua presença e de seus filhos. Como consequência, as mulheres ainda sofrem para alcançar o ritmo necessário para atuar na produção científica da universidade. Esse quadro se traduz também nos números divulgados pelo IBGE em relação à proporção de homens e mulheres nos corpos docentes universitários, que em 2022 no Brasil era composto por 48,8% de mulheres contra 51,2% de homens.

Os problemas advindos da gravidez precoce, ou gravidez na

adolescência, ocasionados pela falta de planejamento familiar e educação sexual nas escolas atingem em maior número as jovens pobres e oriundas do interior do estado. A gravidez na adolescência impacta negativamente a vida destas meninas, comprometendo o seu futuro profissional e a possibilidade de conquistar autonomia financeira. Segundo relatório divulgado pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE, do IBGE) em 2015, 0,7% das meninas cursando o 9o. ano do ensino fundamental em Minas Gerais já haviam engravidado alguma vez. Ainda de acordo com o relatório da PeNSE, em 2016, no sudeste, a taxa de fecundidade adolescente era de 45,4% para meninas de 15 a 19 anos.

Outra barreira de gênero que revela-se às jovens mineiras no acesso à educação vem sendo chamada pela literatura de pobreza menstrual. Esse conceito e suas implicações na saúde e no desenvolvimento social de meninas e mulheres foi abordado no relatório de 2021 da UNICEF em parceria com a UNFPA intitulado “Pobreza menstrual no Brasil: Desigualdades

e Violações de Direitos”. Segundo o relatório, o fenômeno da pobreza menstrual é complexo, transdisciplinar e multidimensional, e se caracteriza pela falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento dessas meninas para que tenham plena capacidade de cuidar de sua menstruação. Também de acordo com o relatório, para atingir a dignidade menstrual, ou seja, a superação desse problema, faz-se necessário: (i) acesso a produtos de higiene menstrual, (ii) infraestrutura de banheiro adequada em instalações públicas, (iii) acesso a medicamentos, se e quando necessários, para mulheres durante o período menstrual, (iv) educação e informação sobre menstruação, (v) combate à estigmatização e preconceito da menstruação, (vi) redução ou isenção da tributação, precificação e mercantilização de produtos de higiene e saúde menstrual e (viii) monitoração e avaliação dos efeitos prejudiciais da pobreza menstrual na vida de pessoas que menstruam.

A pobreza menstrual não atinge apenas as jovens que vivem na chamada extrema pobreza - os

dados divulgados pelo relatório da UNICEF mostram que o cenário de vulnerabilidade atinge meninas também nas grandes metrópoles, privadas de serviços adequados de saneamento, de recursos de higiene ou de conhecimento sobre o funcionamento de seus corpos. O tabu envolvendo a menstruação, que tem como consequência a falta de educação sexual ou de diálogo com os familiares acerca desse evento fisiológico, é um dos responsáveis por dificultar o alcance da dignidade menstrual. Outro ponto importante para a compreensão do problema é a ausência de poder decisórios dessas meninas sobre a destinação do orçamento familiar aliado à visão de que o gasto com produtos de higiene menstrual são supérfluos e secundários para as famílias que precisam fazer essas escolhas.

Para as jovens mineiras que frequentam o ensino básico os dados apontam um quadro alarmante: em Minas Gerais mais da metade das alunas do 9º ano do ensino fundamental estão ao menos parcialmente desatendidas quanto aos itens essenciais para realização de higiene pessoal e menstrual nas

escolas. A respeito da educação sexual, os dados divulgados pelo relatório da UNICEF apontam para uma melhora ao longo dos anos no Brasil: cerca de 80% das meninas de 14 anos alegam terem recebido educação sexual nas escolas em 2017, um contraste de 17% acima em comparação com as meninas entrevistadas aos 18 anos. Nessa mesma pesquisa, apurou-se que 11,6% do total de alunas brasileiras não têm papel higiênico nos banheiros das escolas que frequentam. Deste percentual, 66,1% são pretas ou pardas. Se considerarmos as políticas públicas que visam melhorar o quadro da Pobreza Menstrual no Brasil, Shiraishi (2022) demonstra que a maioria desses projetos estão em fase de tramitação e muitos deles não foram aprovados, em razão do estigma e do pouco conhecimento em relação ao tema, que segue invisibilizado. Em março de 2023, no entanto, foi aprovado em Minas Gerais o decreto que regulamenta a Lei no. 23.904, que dispõe sobre a dignidade menstrual e determina a distribuição gratuita de itens de higiene menstrual nas Escolas Estaduais e outros postos de atendimento às mulheres em

situação de vulnerabilidade social. O decreto é um avanço diante do cenário de escassez de políticas públicas destinadas a esse propósito, mas é necessário reafirmar que o problema persiste, atingindo jovens já em situação de carência escolar, e que encontram no fenômeno descrito mais um empecilho para o acesso à educação e à dignidade menstrual. Por isso, é indispensável que se incentive o aumento de produção acadêmica sobre o tema, além de mobilização do poder público para a garantia de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento.

Conclusão

Fica evidente, ao final deste boletim, que em Minas Gerais existem velhas barreiras à escolarização de jovens, que ainda não foram superadas, e novas - que se reatualizam na medida em que se transformam os públicos discentes nos diferentes níveis de ensino. Destacamos aqui, em primeiro lugar, o impacto promovido pela implementação de políticas de ações afirmativas da última década sobre a diversidade de estudantes mineiros no ensino superior. Apesar

de garantir o acesso para grupos historicamente marginalizados à educação superior, essa diversidade que adentra os muros da universidade pela primeira vez chega com demandas de permanência e de pós-graduação que não existiam quando nossos sistemas de ensino abrigavam apenas a elite econômica do país. Com diferenças significativas entre a rede de ensino básica pública e a privada, os estudantes cotistas oriundos da rede pública necessitam de programas de assistência estudantil que entendam suas demandas, além de apoio material e simbólico para cruzar caminhos que antes não tinham a cara do povo. Em segundo lugar, destacamos o papel das organizações políticas de juventudes em torno de lutas estudantis - em Minas Gerais, a última Conferência Estadual de Juventude foi realizada em 2023, e antes disso, apenas em 2015. Foram oito anos sem esse espaço importante do poder público e da sociedade civil para debate e formulação de políticas públicas destinadas às juventudes. Os movimentos estudantis, no Brasil e no estado, sofrem com uma crise de

representatividade que só se resolve quando os estudantes voltarem a ocupar as suas entidades de representação, ferramentas que possibilitam a participação política em torno de temas tão caros às juventudes. Por fim, destacamos que a luta pela democratização do acesso à educação só será vitoriosa se aliada à luta pela igualdade de gênero, à luta antirracista, à luta dos jovens do campo e à produção científica que reconhece o problema e se responsabiliza pela promoção da justiça social.

Referências

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. Última Década, Viña del Mar, CIDPA, nº16, p. 119-155, mar, 2002.

DA MATA, Gisele Camilo et al. Quem pode ser mãe: maternidade, produção do conhecimento, escolhas (im) possíveis e vivências de estudantes na UFMG. 2022.

FIGUEIREDO, Raquel Ferreira de et al. A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO; INDICADORES SOCIAIS. População jovem no Brasil. 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. Informativo IBGE, n. 18. 2018.

JANATA, Natacha Eugênia et al. Juventude que ousa lutar!: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 2013.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Juventude e contemporaneidade, p. 29, 2007.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 66, p. 117-149, 2003.

MAYORGA, Cláudia. Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. Estudos de Psicologia (Natal), v. 18, p. 343-350, 2013.

POERNER, Arthur José. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. 1968.

RIBEIRO, Michelly Esteves e PILLON, Sandra Cristina e GRADIM, Clícia Valim Côrtes. Gravidez em adolescentes: análise da macrorregião do sul/sudoeste de Minas Gerais, Brasil. Adolescência e Saúde, v. 15, n. 3, p. 60-68, 2018

RODRIGUES, Livia Santos; DA SILVA, Maria Vanuzia Oliveira; GOMES, Maria Amábia Viana. Gravidez na adolescência: suas implicações na adolescência, na família e na escola. 2019.

SHIRAIISHI, Leticia Sayuri et al. Pobreza Menstrual e Políticas Públicas no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 2, p. 10715-10729, 2022.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 13, p. 73-94, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 05-06, p. 37-52, 1997.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista brasileira de educação*, p. 16-39, 2003.

UNFPA/UNICEF. Pobreza Menstrual no Brasil Desigualdades e Violações de Direitos. 2021.

<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/REHAL/article/view/111237/27806>

EXPEDIENTE

O Observatório das Desigualdades, parceria entre a Fundação João Pinheiro e o Conselho Regional de Economia – MG, é um projeto de extensão do curso de Administração Pública, que busca contribuir com o debate sobre as diferentes faces da desigualdade social, difundindo e tornando mais acessível o conhecimento e as informações sobre o tema. As opiniões expressas neste boletim não representam necessariamente o posicionamento das instituições.

Fundação João Pinheiro

Presidente: Helger Marra Lopes

Vice-Presidente: Mônica Moreira Esteves Bernardi

Diretora da Escola de Governo: Maria Isabel Araújo Rodrigues

Corecon-MG

Presidente: Tânia Cristina Teixeira

Vice-Presidente: Gustavo Aguiar Pinto

Gerente Executivo: Marco Aurélio Loureiro

Observatório das Desigualdades

Coordenação: Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Matheus Arcelo Fernandes Silva

Bolsistas: Alexandre Henrique Martins da Fonseca

Ariel Morelo Vianna

Alessandra Von Dollinger Kadar

Beatriz Ribeiro Acácio

Elaboração desta edição: Alexandre Henrique Martins da Fonseca, Ariel Morelo Vianna e Bruno Lazzarotti Diniz Costa.